

Revista Brasileira (1857-1861): apropriações do “outro” como termômetro da ilustração*

Mateus Henrique de Faria Pereira**
Mauro Franco Neto***

Resumo: Este trabalho é o início de uma longa pesquisa sobre todas as edições da *Revista Brasileira* durante o século XIX (1857/1861; 1879/1881; 1895/1899). A proposta aqui é apresentar o estudo realizado sobre a história editorial da primeira fase, com ênfase nas apropriações e consequentes figurações do “outro” no momento da constituição da nação. A *Revista Brasileira*, em sua primeira fase, empregou um significativo programa editorial voltado para a edificação de projetos de modernização do Brasil no século XIX, como o desenvolvimento da imprensa, de um projeto liberal para a economia, de uma literatura que embora buscasse sua particularidade, não se privou de apropriar dimensões do “outro” e também de uma ciência em compasso com o progresso europeu. A chave de leitura para a proposta do periódico parece ser a compreensão do “outro” como baliza para se pensar o nacional e mensurar a posição do *termômetro* do progresso no país. De tal forma, o desafio colocado é relativo ao estudo das trocas e de uma “cultura da recepção”, importante para a complexificação das estratégias adotadas por aqueles agentes históricos.

Palavras-chave: Revista. Nação. História cruzada.

* Versão ampliada e revisada da comunicação apresentada no colóquio “A circulação transatlântica dos impressos a globalização da cultura no século XIX” realizado na Universidade Nova de Lisboa em outubro de 2011. Agradecemos a Rodrigo Turin pela leitura e sugestões a uma versão anterior deste texto. Apoio: UFOP e CNPq.

** Professor Adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), membro do Núcleo de Estudos de História da Historiografia e Modernidade (NEHM) e coordenador do projeto “A Revista Brasileira entre apropriações francesas e portuguesas” que integra o projeto “A circulação transatlântica dos impressos e a globalização da cultura no século XIX” coordenado pela professora Márcia Abreu (UNICAMP). Email: mateuspereira@gmail.com

*** Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e bolsista CNPq de Iniciação Científica no projeto “A Revista Brasileira entre apropriações francesas e portuguesas”. Email: franconeto.m@hotmail.com

Em 1857, a *Revista Brasileira* publica um relatório denominado *Exposição Universal de Paris* de autoria do poeta Antonio Gonçalves Dias, o qual versa, em especial, sobre os desenvolvimentos da ciência tipográfica européia. Gonçalves Dias retoma uma importante metáfora recorrente nos textos do “romantismo brasileiro”: trata-se do *termômetro* de uma nação.¹ Destacamos que àquela altura o autor já tinha publicado praticamente toda a sua obra, residindo na Europa entre 1854-1858 onde ocupava um cargo na Secretaria dos Negócios Estrangeiros do Império Brasileiro.²

Nas palavras de Dias, não só a literatura como indicador do grau de civilização de um povo, mas também a imprensa “enriquece e ilustra ao mesmo tempo a nação onde ela se desenvolve, e é, por assim dizer, o termômetro da ilustração de qualquer povo”. (DIAS, 1857, p. 360). Tal *termômetro* é capaz, então, de demarcar qual lugar ocupa a nação brasileira na corrida das civilizações. Gonçalves Dias fortalece seu argumento para assim poder reivindicar uma atuação do governo Imperial no auxílio do ímpeto tipográfico no Brasil, pois a imprensa, “como muitas das outras indústrias, que mais ou menos intimamente se ligam às Belas-Artes, parece não poder chegar ao pleno desenvolvimento que cada país comporta se não com auxílio e forte proteção do governo” (*Idem*).

O poeta também destaca a atuação do periódico inglês *Times*, pois esse tem correspondentes em todo o mundo, “aos quais chega a pagar por ano duas mil libras ou dezoito contos de réis da nossa moeda; nem recua ante as despesas enormes de sustentar uma linha de paquetes a vapor para receber mais de pronto do que o governo notícias que possam interessar à Inglaterra” (*Ibidem*, p. 334). Algo semelhante se pode observar nos elogios tecidos aos livreiros impressores franceses da família Didot, mas destaca que a América do Sul foi a única que “absolutamente se esqueceu de si própria; mas quando se notou esse esquecimento, fizeram-nos a mercê de não tocarem no nome do Brasil” (*Idem*). Logo em uma exposição que concentrava os principais registros do progresso técnico e científico do ocidente ao oriente, a América do Sul, e particularmente o Brasil, permaneciam sem menções

Ao fim, Dias cita um relatório acerca da imprensa na *Exposição Universal de Londres* de 1850 no qual afirma genericamente ser de Didot sem especificar a qual dos irmãos da família se refere. Afirma que

a “América Meridional” não enviou nada, pois quase todos os livros espanhóis eram impressos em Paris. O poeta brasileiro se pergunta: “Ora, M. Didot estará persuadido que na America Meridional não há países senão de língua espanhola, apesar de que um dos membros da sua família teve, e não sei se ainda tem, uma loja de livros no Rio de Janeiro?” (*Idem*). Nesse trecho, e em outros do relatório, percebemos que para Gonçalves Dias o completo desconhecimento dos europeus para com o Brasil é um dos mais sintomáticos incômodos para ele e boa parte dos intelectuais brasileiros, que tanto se espelhavam no progresso científico desse continente.

No presente artigo, tomando a primeira fase da *Revista Brasileira* (1857-1861) como uma coleção, pretendemos refletir sobre como o periódico contribuía para o aludido processo de desenvolvimento e ampliava os intercâmbios intelectuais estabelecidos pelos escritores e pesquisadores brasileiros, evidenciando seu caráter múltiplo e a importância do “outro” na constituição do próprio “eu” nacional. Cabe dizer que a *Revista Brasileira* constituiu-se, na segunda metade do século XIX (1857-1861, 1879-1881 e 1895-1899), em um dos principais espaços de circulação de textos tanto nacionais quanto internacionais. Como afirma o próprio editor Candido Baptista de Oliveira no *Prospecto*, uma espécie de editorial dessa primeira fase, a *Revista Brasileira: jornal de ciências, letras e artes* se colocava como uma continuidade da *Revista Guanabara*, dirigida por Gonçalves Dias, Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manuel de Macedo (OLIVEIRA, 1857, p. I), firmando-se assim em uma importante tradição de periódicos de reflexão intelectual, que talvez tenha se iniciado com a publicação da *Revista Niterói* em Paris no ano de 1836, como uma das principais plataformas de reflexão no Império brasileiro nas primeiras décadas após a independência.

O surgimento da esfera pública no período moderno e a reprodução da vida para além dos limites do setor privado, engendram as possibilidades de um instrumento como a imprensa periódica ocupar-se de um setor que diz respeito ao interesse comum: a opinião pública. Reinhart Koselleck, em *Crítica e Crise* (KOSELLECK, 1999), demonstra que a compreensão do espaço público, no início do período moderno, se objetiva na figura do Estado absolutista, mais precisamente na figura do monarca, uma vez que, separadas política e moralmente pelos teóricos da construção desse Estado,

as divergências religiosas não caberiam ao público, mas à consciência livre de cada homem. O indivíduo se repartia entre o respeito à figura do monarca, que representava o poder público, e sua consciência interna que era livre. Para Koselleck, essa separação entre homem e súdito deixa de ser compreensível no Iluminismo, passando o homem a reivindicar uma certa liberdade também no âmbito público.

Por dentro dessa nova lógica assumida, na qual o princípio da publicidade tinha a opinião pública como depositária fiel dos interesses dessa esfera, Jürgen Habermas, na sua obra *Mudança estrutural da Esfera Pública* (HABERMAS, 1984), identifica um movimento no qual este “*publicum* se transforma em público, o *subjectum* em sujeito, o destinatário da autoridade em seu contraente” (*Ibidem*, p. 40).

Nessa reestruturação da esfera pública, sobre a sua instituição por excelência (a imprensa), recai a tarefa de difundir os interesses do âmbito público: *ilustrar* e transmitir à sociedade muitas vezes um conhecimento útil e até mesmo pedagógico. O período específico que discutimos neste artigo decorre de uma ressonância da dinâmica de formação da “opinião pública”³, que progressivamente vinha sendo alterada desde o século XVIII e que em meados do século XIX já se encontrava mais ou menos bem difundida nos discursos e práticas dos agentes políticos e intelectuais brasileiros.

No século XIX, o fenômeno de experienciar cada presente como uma modificação do seu passado e modificado potencialmente pelo seu futuro, revela uma concepção de tempo na qual o presente se torna cada vez mais fugidío e o futuro, além de necessariamente diferente do momento anterior, é também *escolhido* (GUMBRECHT, 1998, p. 15). *Escolher* um futuro passa pela elaboração de projetos e é nesse sentido que o empreendimento Saquarema de centralização política e administrativa deve também ser avisado, para além das já conhecidas associações políticas e militares (MATOS, 1990). O estudo de um periódico impresso como a *Revista Brasileira* vem justamente contribuir para a complexificação das relações estabelecidas entre projetos de “modernização” e os meios empregados para sua difusão.

Este texto, assim, pretende refletir empiricamente sobre um desafio colocado por Werner e Zimmermann a respeito da “história cruzada” que, ao privilegiar as “intersecções” entre culturas, coloca em xeque o modelo das “transferências” inflexíveis de uma cultura

para outra. Com as “intersecções” o foco recai sobre a dinâmica criativa que a releitura de certos textos evidenciam, criando o campo de possibilidades para o que aqui chamamos de figurações do “outro”. Segundo esses autores: “o estudo das trocas produz, é certo, uma abordagem mais rica da cultura de recepção; ela evidencia os aportes estrangeiros e contribui a historicizar o conceito de cultura nacional.” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 36). Nesse sentido, toma-se a *Revista Brasileira* como um *caso*, tal como foi definido por Passeron e Revel (2005), para se refletir sobre o problema aludido.

O artigo está então, partido em cinco pequenas seções com três temas fundamentais que foram privilegiados pela *Revista*: o liberalismo econômico, a literatura e as ciências. Uma primeira seção mapeia o contexto de revistas no Império, particularmente na capital, enquanto contemporaneamente a *Revista Brasileira* era publicada em sua primeira fase, destacando o grau de internacionalidade e de intercâmbios por elas tecido. Em seguida, entra em cena a linguagem do liberalismo econômico adotado pelos colaboradores do periódico e a particular apropriação desse modelo econômico ao caso brasileiro. A literatura e a crítica literária, na terceira seção, foram responsáveis por, ao mesmo tempo que buscavam definir a particularidade brasileira, reconhecer a alteridade existente no próprio indígena (elevado à grande fiador da narrativa romântica) e também na importância do olhar externo, principalmente francês, na definição do caráter nacional. Por fim, a quarta seção explora como a constituição de um campo de pesquisa científica no Brasil não privou-se da mirada alheia, fazendo dela própria o principal argumento para o país acelerar seus investimentos nesse campo.

As revistas e a *Revista Brasileira* (1857-1861)

Durante as décadas de 50 e 60 do século XIX alguns outros periódicos, principalmente do gênero revista, se firmaram no cenário da imprensa nacional. Ana Luiza Martins assume a tarefa de propor uma distinção, ainda que delicada, entre a Revista e o Jornal. Ela sinaliza algumas especificidades, como o fato de a revista possuir uma capa e um programa de atuação, exemplificado pelo

“Prospecto” escrito por Candido Baptista de Oliveira para a *Revista Brasileira*. A definição dos objetivos de produção das revistas varia com as circunstâncias históricas e culturais cabendo aos estudos de caso evidenciá-los (MARTINS, 2008, p. 58). Também Kátia A. F. de Camargo, em estudo sobre a conhecida revista francesa *Revue des Deux Mondes*, afirma que a singularidade do gênero revista só pode ser observada em comparação com o jornal e o livro, principalmente no que diz respeito à variável tempo:

O jornal, cotidiano, factual, restringe-se às informações obtidas ao longo de mais ou menos 24 horas; a revista, por seu turno, meio de sociabilidade por excelência é, *a priori*, um espaço de confrontação de autores, de homens, de um pensador com seu tempo. O artigo de revista procura apreender a atualidade para fazer dela seu objeto de reflexão e também de ação. De outro lado está o livro, expressão da personalidade de seu autor e que relata, em geral, uma trajetória ímpar, singular. (CAMARGO, 2005, p. 80).

As revistas no Brasil durante o século XIX receberam especial atenção de Carlos Roberto da Costa que localizou uma série de periódicos fundados e circulantes na capital do Império entre os anos de 1857 e 1861 (período de edição da *Revista Brasileira*): 1857, “*A Marmota*” e “*O Brazil Artístico: revista da sociedade propagadora das Bellas Artes do Rio de Janeiro*”; 1858 “*O Universo Ilustrado: Pittoresco e monumental*”; 1859 “*O Charivary Nacional*” e “*O Espelho: Revista Semanal de Litteratura, modas, indústria e artes*”; 1860, “*A Semana Ilustrada*” (COSTA, 2007, p. 128-129).

A natureza de seus programas revela a pluralidade de objetivos e discursos que esses periódicos possuíam. É de se registrar o argumento de Sergio Buarque de Holanda que aponta os primeiros traços de crise da imagem do monarca e do Império na década de 50, quando alguns periódicos demonstravam sua insatisfação com o governo.

A idéia generalizada de que se assistia a uma sensível degradação dos costumes e, em primeiro lugar, da moral política do Brasil, corresponde à avidez com que são lidos os

pasquins antigovernamentais que, já antes de 1860, vão aparecendo em rápida sequência, e é, na Corte, o caso do Charivari Nacional e também do Charivari que ambos se esforçam por seguir o mesmo modelo parisiense. Em 1860 o liberal Landulfo Medrado faz imprimir na Bahia virulento panfleto, onde não é poupada a pessoa do Imperador. (HOLANDA, 2010, p. 72).

Ainda nesse período, dois empreendimentos da *Garnier*, a *Revista Popular* (1859-1862) e o *Jornal das Famílias* (1863-1878), além do luso-brasileiro *O Futuro* (1862-1863), elucidam alguns aspectos contextuais da ação periodística. Da *Revista Popular*, que era quinzenal, estão registrados 16 volumes e sua capa aponta para a amplitude de temas que tratava: “Revista Popular – Noticiosa, Científica, Industrial, Histórica, Litteraria, Artística, Biographica, Anecdótica, Musical etc, etc. – Jornal Illustrado”. Em meio a tantas discussões deixou-se um espaço importante para a literatura, principalmente para a publicação de romances estrangeiros, em sua grande maioria franceses, que se sobrepunham aos nacionais. Ainda assim, foi na *Revista Popular*, bem como na *Revista Brasileira*, que Joaquim Norberto de Sousa e Silva publicou fragmentos da sua incompleta História da Literatura Brasileira (MIRANDA; AZEVEDO, 2009).

O *Jornal das Famílias* veio como projeto da *Garnier* justamente em substituição da *Revista Popular*, tendo em vista o aumento do público leitor feminino: “[...]de um periódico eclético, destinado a todos, o editor passa a investir em um jornal com seções de contos, poesias, culinária, higiene e moda, visando o interesse do público feminino.” (*Ibidem*, p. 160). Um dos principais recursos mobilizados pelo periódico foi o grande uso de ilustrações, estratégia que na *Revista Brasileira*, exceto em algumas explicações científicas, praticamente não se registrou.

O *Futuro* estabeleceu-se como uma importante plataforma de contato entre as literaturas brasileira e portuguesa do período. De forma que Machado de Assis e Camilo Castelo Branco foram os dois grandes colaboradores do periódico, o qual registrou a predominância de poesias, algo que também se viu na *Revista Brasileira* nas seções dedicadas à literatura, ainda que essas tenham dado grande importância também às resenhas dos críticos que nela publicavam.

Com apresentação formal mais simplificada em comparação aos modelos franceses de revistas, *O Futuro* não atingiu um bom número de leitores e foi encerrado cerca de um ano depois da sua fundação (MIRANDA, 2007).

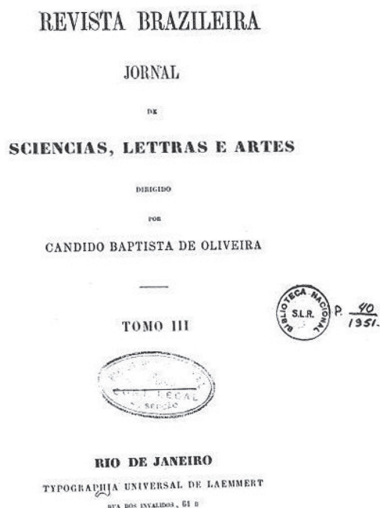
No âmbito internacional, o periódico de presença mais acentuada no Brasil foi a francesa *Revue des Deux Mondes*. Partindo de sua fundação em 1829 e atravessando o século XIX, a revista sempre fincou suas estratégias de intervenção na tentativa de aproximação da França com o estrangeiro, criando um espaço rico de representações do “outro”. Se a *Revista Brasileira*, conforme destacaremos adiante, se apropria de um significativo número de periódicos franceses e ingleses, tal arte já era explorada pela *Revue des Deux Mondes* no empréstimo de importantes publicações alemãs e inglesas. O formato, as informações contidas na capa e o conteúdo distribuído ao longo das edições, também reafirmam graus de semelhança entre essas duas revistas.

Segundo Kátia A. F. de Camargo, “[...] inicialmente, a *Table des matières* da *Revue des Deux Mondes* dividia-se em quatro seções – Viagens, História-Filosofia, Literatura e Ciências e Variedades –, cada uma composta de curtos artigos assinados.” Temas esses, sem exceções, presentes na *Revista Brasileira*, que se ampliaram, segundo a autora, a partir de 1832 com o incremento de seções como a *Chronique de la quinzaine*, a Revista Literária do mês, a Revista Musical, artigos sobre Espanha, França, Inglaterra, países nórdicos e questões de ordem política e social (CAMARGO, 2005, p. 87). Com dois artigos da revista francesa publicados na *Revista Brasileira*⁴, esses dois periódicos aparecem como fonte fértil da promoção de vínculos culturais entre o mundo europeu e o americano.⁵ Registradas essas múltiplas facetas e projetos editoriais colocados pelo contexto do periodismo, cabe observar as contribuições da *Revista Brasileira* e seus projetos que tiveram, talvez, um grupo de colaboradores peculiar em busca de caminhos para a Nação a partir do desenvolvimento de temas como a ciência, a economia e a literatura.

Ao longo de quatro anos da sua primeira fase, do primeiro semestre de 1857 ao segundo semestre de 1861, quatro volumes foram impressos pela *Typografia Universal de Laemmert*, com uma média de 400 páginas por volume contendo, cada um, entre 14 e 34 artigos. É de se destacar que, mesmo com sua reunião no volu-

me anual, a *Revista Brasileira* era trimensal, embora ela não deixasse explícito na documentação a ordem de suas publicações no decorrer do ano. Durante a direção de Baptista de Oliveira, a *Revista Brasileira* manteve uma mesma capa com informações elementares como nome, editor, tomo, tipografia e endereço, seguidas do ano da edição, conforme podemos observar na imagem:

Figura 1



Fonte: A *Revista Brasileira* e algumas de suas principais seções (*Revista Brasileira*, Tomo III, p. 1)

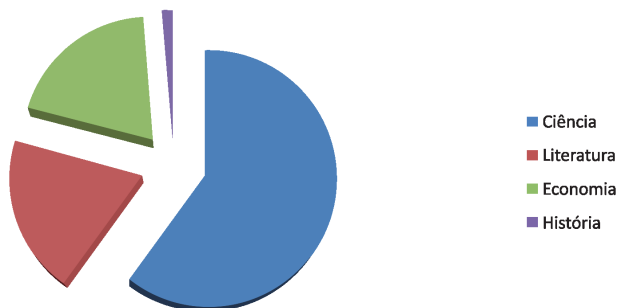
Na nota de apresentação do periódico, Candido Baptista de Oliveira esboça aquilo que irá delinear a proposta editorial nesta primeira fase. Segundo o editor,

A Revista Brasileira compreenderá, em matéria de ciências, letras e artes, tanto os trabalhos de lavra própria, **como a transcrição de artigos tirados das publicações nacionais e estrangeiras da mesma índole**, cuja leitura possa **interessar ao público**. Ciências meramente especulativas, publicações literárias e qualquer conhecimento de utilidade

prática, estudo comparativo de importantes fatos históricos de ordem nacional ou estrangeira, matérias econômicas industriais e financeiras, com particular aplicação ao Brasil. [...] promovendo desveladamente a ilustração nacional (OLIVEIRA, 1857, p. 1, Grifo nosso).

A disposição do conteúdo revela uma sensível predominância de temas científicos conforme apresenta o gráfico abaixo referente aos temas apresentados aos leitores pelo período.

GRÁFICO 1 - Revista Brasileira 1857/1861: Seções Temáticas



Em porcentagem das principais seções temáticas que tiveram espaço nas páginas da *Revista Brasileira* entre 1857-1861: Ciências Naturais, 46%; Literatura, 15%/ Economia (Economia Política), 15%; História, 1%.

Exceto a categoria Ciência, que reunimos dentro desse termo visando facilitar a apreensão da enorme quantidade de textos, que vão desde Botânica à Ornitologia, passando por Astronomia, todas as outras categorias são utilizadas pelo próprio periódico como se pode observar em algumas imagens a seguir.

Figura 2

ECONOMIA POLITICA

Da instrução considerada do ponto de vista economico.

O homem é uma força productiva , e até a mais productiva de todas as forças , porque della é que dimanam e dependem todas as outras.

Antes porém de ser educada , pouco vale essa força , porque no estado primitivo o espirito humano é como a mesma terra , uma machina muito imperfeita.

A sciencia é a sua arma offensiva e defensiva contra a na-

Fonte: A *Revista Brasileira* e algumas de suas principais seções (*Revista Brasileira*, Tomo III, p. 225)

Figura 3

HISTORIA

A estatua da ilha do Corvo.

E quer na nuvem própria que te indico
Que esse cadaver meu vá transportado
E na ilha do Corvo do alto pico
O vejam n'uma ponta collocado ;
Onde acene ao paiz do metal rico ,
Que o ambicioso europeu vendo indicado
Dará logar que ouvida nella seja
A doutrina do Céu e a voz da Igreja.

(CARAMURU' — *Canto I*, Est. 63.º)

O martello demolidor da critica historica tem destruido em nossos dias os vetustos monumentos do erro e da superstição : os factos , que melhor averiguados pareciam , os axiomas petrificados pelos seculos têm sido submettidos á analyse , a cuja luz electrica hão poucos resistido.

Fonte: A *Revista Brasileira* e algumas de suas principais seções (*Revista Brasileira*, Tomo III, p. 353)

Figura 4

LITTERATURA

A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOYOS

PELO SR. DR. DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES DE MAGALHÃES.

I

Depois do que tantos e tão bons engenhos tem escripto sobre a inconveniencia das epopéas nos seculos em que as luzes parecem haver enfraquecido o vigor das crenças, e com elle a exaltação dos sentimentos, e a variedade e a força dos caracteres, será permittido ao homem inspirado, a que o mundo costuma chamar poeta, lançar ao regaço da

Fonte: *Revista Brasileira*, Tomo I, p. 59

Através de suas páginas, manifestaram-se nomes expressivos do pensamento científico no Brasil Império, caracterizando desse modo, uma orientação coletiva do grupo que dirige seu projeto editorial. Cabe destacar, mesmo que rapidamente, que Candido Baptista de Oliveira (1801-1865) estudou matemática e filosofia em Lisboa e Paris (1820-1827), foi professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro e exerceu diversos cargos políticos. Durante o período de edição da *Revista Brasileira* foi senador (durante todo o período), diretor do Jardim Botânico (1851-1859), presidente do Banco do Brasil⁶, além de ser conselheiro do Estado (1859-1865). Foi defensor da introdução do sistema métrico decimal no Brasil e publicou trabalhos em revistas estrangeiras sobre o pêndulo de Foucault, além de reflexões de divulgação científica (MOREIRA, 1997).

Leituras do liberalismo como *termômetro* do desenvolvimento econômico

De início, chama a atenção o grande espaço concedido pela *Revista Brasileira à Economia Política*, em comparação com a maioria das outras revistas do período. Fundamentalmente, é visível a presença de uma linguagem liberal em duas vertentes: as apropriações do periódico francês *Journal des Economistes*, que teve seis artigos⁷ reproduzidos na *Revista Brasileira* ao longo dessa primeira fase, e o relatório de um dos comissários brasileiros publicado na edição de 1859, no qual Giacomo Raja-Gabaglia⁸, relata sua presença no espaço industrial da Exposição Universal de 1855, realizada em Paris.

O autor discorre, nesse relatório, sobre o que pensava serem as causas do malogro da indústria nacional em virtude do que ele pôde observar na sua estadia em Paris. Ele se pergunta: “Em que ponto da estrada percorrida pelos povos industriais acha-se o Brasil?” (GABAGLIA, 1859, p. IV), identificando, com isso, a ausência de pessoas que trabalhassem em favor da nacionalidade e garantissem a prosperidade da indústria:

À vista de distâncias tão incomensuráveis, qualquer observador procura indagar, porque em um País como o nosso que se desenvolveu tão rapidamente em certos pontos, no que me ocupa, reconhecido o vital e mais útil para todos os países, se tem conservado pouco mais de estacionário?! (*Idem*).

Para Gabaglia, a primeira origem do déficit industrial do Brasil seria “motivado pelo povo que nos colonizou e que ainda hoje nos fornece, talvez em maior número, os obreiros ou artistas. É evidente que a indústria portuguesa não pode emprestar mais do que aquilo que possui em seu País” (*Idem*). A segunda estaria na qualidade da mão-de-obra escrava: “Dentre os escravos se escolhe outra porção muito sensível de nossos obreiros. O antagonismo das condições exigidas do artista e as inerentes ao escravo, tornam impossível o perfeito desenvolvimento de qualquer indústria que dependa de elemento tão heterogêneo” (*Idem*). A força de trabalho escravo se mostrava

incompatível com uma sociedade que tinha a pretensão de adentrar no plano das nações civilizadas, caracterizadas pela economia liberal e pela mão-de-obra assalariada. Em terceiro lugar, pecava o país por se ausentar de um plano educacional para sua população: “Resulta da falta de instituições próprias a educar convenientemente o povo para os trabalhos industriais. Falo da educação positiva e prática, que deveria ser dada de maneira muito especial ao Brasil, atendendo-se às condições próprias, que são completamente diversas das dos grandes Estados da Europa” (*Idem*). Por fim, tal arcabouço liberal é sintetizado na defesa de uma economia industrial que favoreça a ação individual: “Também parece-me indispensável garantir a liberdade completa das indústrias, recompensar unicamente os introdutores de novos ramos. Conceder privilégios apenas aos descobridores ou inventores de coisas úteis ao Brasil, e ainda não recompensadas em outros países” (*Idem*).

Ainda sobre o liberalismo, vê-se nas edições de 1860 e 1861, traduções do *Journal des Economistes*, importante publicação do pensamento econômico liberal francês.⁹ Nos comentários de rodapé feitos pelo tradutor Manoel de Oliveira Fausto, em *Da instrução considerada do ponto de vista econômico*, o leitor poderá encontrar um texto talvez de acordo com o estatuto assumido pela *Revista Brasileira* em subsidiar intelectuais a capacitarem-se no campo econômico. Os ensinamentos de Economia Política assumiriam para o tradutor uma face um tanto quanto contraditória, porém, necessária no Brasil, ainda que na sua forma mais elementar.

Manoel de Oliveira Fausto (Economia Política: Da instrução considerada do ponto de vista econômico, 1860, p. 225) observa que “[...] seria loucura pretender-se que nas escolas primárias do Brasil, mesma nas da capital do Império, se ensinassem os princípios elementares, ou rudimentos da Economia Política, que não se aprendem nem nos estabelecimentos de mais elevada instrução” Despidos das suas vestes científicas no país, tais ensinamentos ficariam mais inteligíveis quando voltados para “[...] fenômenos sociais, fatos da vida cotidiana, que estão ao alcance de todas as inteligências, ainda as mais tenras, e que poderiam ser assunto e objeto de leituras fáceis, agradáveis e instrutivas” (*Idem*).

Em outro artigo traduzido e comentado em rodapé por Manoel de Oliveira Fausto, intitulado “Adão Smith”, o autor parte das elaborações do autor de *A Riqueza das Nações* para pensar até que ponto o Brasil peca no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do molde liberal clássico. Várias nações estariam se perdendo no mundo econômico por não compreenderem as simples diferenças entre o fundo de consumo e o fundo de produção, entre o capital fixo e o capital circulante, apontadas por Smith. Manoel de Oliveira Fausto (*Economia Política: Adão Smith*, 1860, p. 428) se coloca na função de lançar um alerta ao governo imperial. Com base na teoria de Smith, diz que “grande parte das dificuldades com que luta atualmente nosso País, e da *crise* que está atravessando, deve ser lançada à conta da ignorância dessa doutrina fundamental, uma das de maior alcance prático.”¹⁰ Como principal fonte do repertório analítico da *Revista Brasileira*, a presença do *Journal des Economistes* sugere a importância do papel da mediação para os intelectuais brasileiros escolherem os próprios objetivos e trilhos que o país deveria seguir. Menos como uma deformação ou sede por ilusória originalidade, tal papel da mediação apenas realça a riqueza de uma cultura intelectual que nasceu reconhecendo o intrínseco papel do “outro” nas suas próprias escolhas.

Mesmo que a *Revista Brasileira* não tenha recebido em suas páginas um debate aberto sobre a situação do ideário do liberalismo no Brasil, nem mesmo importantes figuras do cenário político imperial tenham passado por suas páginas, suas apropriações do *Journal des Economistes* sugerem alguma forma de intervenção no que, segundo José Murilo de Carvalho, ganhou notável dimensão na década de 1860. Trata-se de um debate sobre o monopólio do Banco do Brasil na emissão de papel moeda, no qual o liberal Bernardo de Souza Franco (então Ministro da Fazenda) era um dos poucos a defender a pluralidade de tal emissão. Por outro lado, o visconde de Itaboraí, financista do Partido Conservador, reforçava sua defesa da centralização de tal emissão pelo Banco lançado pelo visconde de Mauá em 1851. A grande propensão em apoiar o intervencionismo governamental provinha dos Conselheiros de Estado, os quais, em sua maioria, segundo Carvalho, não se deixavam levar pelas doutrinas dos economistas liberais.

Interessante vislumbrar dentro dessa linguagem liberal mobilizada pela *Revista Brasileira*, mediante seus artigos extraídos do *Journal des Economistes*, uma tensão alimentada, de um lado, pelo exemplo do liberalismo econômico resguardado pelo periódico francês que, de algum modo, é enaltecido na *Revista*, e por outro lado, por uma tradição econômica em que a livre atuação teve pouco espaço em consequência da presença de um governo intervencionista (CARVALHO, 1988, p. 116-117). Torna-se mais curiosa essa questão se pensarmos que o editor da *Revista*, na época de publicação dos textos traduzidos, era presidente do Banco do Brasil.

Pensando no debate entre Roberto Schwarz (1973) e Maria Sylvia Carvalho Franco (1976) sobre o estatuto do liberalismo e das ideias liberais no Brasil, parece-nos que a *Revista Brasileira* oferece uma leitura peculiar: a de entender o liberalismo enquanto projeto a ser trilhado. Dessa forma, as traduções e comentários trazem uma possibilidade de redenção e de alcance da originalidade das ideias liberais no Brasil. Em crítica a essa tese, a qual Schwarz chama de “romântica”, seu argumento (de Schwarz), vinculado à teoria da dependência, afirma a incompatibilidade entre “centro” e “periferia” mesmo em seus “modos de produção”. Em postulado similar, mas com resolução distinta, Carvalho Franco aponta que “centro” e “periferia” fariam parte de um mesmo modo de produção que favorece o desenvolvimento do capital e do lucro, não estando as ideias, assim, fora do lugar. Para alguém desses argumentos essencialmente materialistas, o liberalismo merece também ser analisado sob o prisma desses agentes históricos que passaram pela *Revista Brasileira*, com ênfase no tradutor Manoel Fausto, onde assume uma face de desígnio e, sobretudo, de projeto, o qual deve ser elaborado dentro das “contingências nacionais”.

Literatura e alteridade na *Revista Brasileira*

Ainda que o gráfico inicial demonstre que 15% do total de seções temáticas da *Revista Brasileira* seja dedicado à literatura, se a *Revista* for comparada àqueles periódicos citados na seção inicial desse texto, percebe-se como essa temática foi, em certa medida,

desprivilegiada pelos colaboradores do periódico. As passagens podem ser resumidas nos fragmentos de obras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, publicados também em outros espaços como na *Revista Popular*, e nas resenhas críticas de Fernandes Pinheiro, José Soares D’Azevedo e Manoel de Araújo Porto-Alegre.

As edições de 1857 e 1860 guardam uma importante associação com a linguagem do Romantismo no Brasil, assim como as outras revistas literárias do contexto. A presença de reconhecidos nomes da crítica no período, como Joaquim Norberto e também Fernandes Pinheiro, evidencia o parecer do periódico sobre o que vinha sendo produzido naquele momento, bem como o intento de estabelecer as bases para uma literatura nacional que valorizasse a *cor-local* e a individualidade histórica da nação. Destaca-se a resenha realizada por José Soares D’Azevedo da obra “A confederação dos Tamoios”, de Gonçalves de Magalhães, publicada um ano antes do primeiro número da *Revista Brasileira*, em 1856 pela Empresa Tipográfica Nacional do Diário.

Soares D’Azevedo inicia seu texto com uma aporia, ao se perguntar se o povo brasileiro, em toda sua “simplicidade primitiva”, estaria pronto para receber do poeta uma demonstração de amor nacional pela epopeia, como no caso de Magalhães. O crítico responde positivamente:

E é porque o Brasil está cheio de vida intelectual, porque crê nos seus destinos futuros, o sente no coração o gérmen da poesia que os seus bosques e os seus rios lhe inspiram, que a critica se pode hoje apoderar em sossego da Confederação dos Tamoios, como ideal de sua história primitiva, e considerá-la imparcial e desapaixonada, quer sob o domínio da ciência, quer da arte (D’AZEVEDO, 1857, p. 62).

A escolha da obra de Magalhães não parece ser despojada de uma justificativa. De acordo com as claras definições no “Prospecto” do periódico, o projeto de servir à nação passava por abrir suas páginas à literatura responsável, nesse momento, por definir a *Cor-local* do país e oferecer ao futuro obras dignas de lembrança. A literatura como documento da existência e dos bens de uma nação

era capaz de guardar essas demonstrações de uma memória nacional.¹¹ Consequentemente, analisar uma obra como a de Gonçalves de Magalhães estava para além de uma indicação bibliográfica aos leitores da *Revista*, mas delineava o caráter missionário de qualquer intelectual na divulgação de uma obra acordada a um projeto de delineamento da face étnica do Império, na qual o indígena, personagem central da obra, foi desígnio de inúmeras outras obras.¹² Tal ponto talvez se esclareça com o estudo das Comissões de Exploração do território nacional abordado mais à frente. Este “outro”, nesse caso interno à nação brasileira, aparece nas páginas da *Revista* mediado pela “crítica literária” e talvez como um “elemento” singular que conforma a nacionalidade.

Por sua vez, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em artigo denominado “Literatura Brasileira” (edição de 1860)¹³, retoma o tema, introduzido no Brasil pelo viajante francês Ferdinand Denis, da autenticidade da natureza do Brasil para fomentar a originalidade de seus poetas. Perguntando-se “se pode o Brasil inspirar a imaginação de seus poetas”, Norberto, no interior de todo o empenho da ficção romântica em delimitar a imagem do nacional, parte de autores franceses que, presentes na América ou não, refletiram sobre a capacidade do que é próprio do Brasil para servir de recurso a seus escritores. A potencialidade da literatura brasileira já teria sido apontada, segundo Norberto, por autores e viajantes franceses que por aqui passaram e que foram constantemente retomados como é caso de Ferdinand Denis, Daniel Gavet e Philippe Boucher (SUSSEKIND, 1990). Norberto parte da “autoridade das páginas brilhantes” de autores estrangeiros para, por meio do *olhar do outro*, sustentar uma posição:

E que espetáculo (pondera também o Sr. Ferdinand Denis), e que espetáculo! Como deixar de admirá-lo! [...] uma nova energia de apodera do pensamento dos Brasileiros; e tanto é isso assim, que o viajante se sente naturalmente disposto a fazer essa ressoar as florestas de seus cantos, e maravilhosas narrações dos tempos dos descobrimentos encantam os ranchos das bandeiras.’ – ‘Ah! É no Novo Mundo, exclamam os Srs. Gavet e Boucher, que o poeta pode estudar a sua arte; é

lá que deve brotar por demais forte e superior o seu pensamento criador; aí se encontra o gracioso ao lado do sombrio e do horrível (SOUSA E SILVA, 1860, p. 270).

O escritor brasileiro além de se preocupar com as condições fornecidas pelo seu meio para a realização de uma produção literária original, também prende sua atenção com o seu estatuto internacional diante das realizações de outras nações. Se a conclusão de Norberto sobre a fertilidade da paisagem do Brasil para inspirar seus poetas foi positiva, nada mais natural que o intelectual brasileiro requeira seu estatuto de independência e, conseqüentemente, o *termômetro* de sua ilustração indique o alcance da condição desejada. Dessa vez, Norberto se apropria de uma passagem do poeta argentino José Mormol, reproduzida abaixo:

Nossos pais deram uma independência política; cumpriram a sua missão, não devemos exigir mais. Somos nós, os seus filhos, os que devemos dar contas às gerações futuras do emprego que fizemos da nossa época. Temos de continuar a revolução, porque a Hespanha e Portugal ainda imperam em suas antigas colônias; e temos de firmar uma independência quicá mais cara - a independência intelectual (*Ibidem*, p. 278).

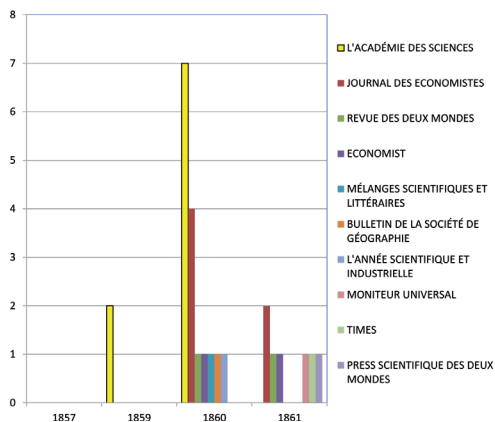
Talvez o grande dilema a ser enfrentado na construção de uma imagem do nacional não parta, unicamente, de se apropriar de referenciais externos e inserir o Brasil no concerto das nações. A produção literária da *Revista Brasileira* evidencia que o “outro” representado não se encontra apenas no estrangeiro, mas também interno à nação brasileira. Ao mesmo tempo, essa procura por uma independência intelectual, aqui não é sinônimo de uma construção nacional pautada apenas nas “propriedades” de um país, e sim também no olhar exterior, no reconhecimento e não negação do “outro” na constituição das próprias imagens do seu “eu”.

Histórias cruzadas: o *outro* na construção de uma Ciência nacional

Na busca por construir um pensamento científico no país que a *Revista* se coloca, percebe-se a presença da *Academia de Ciências de Paris* em um grande número de textos incluídos nas seções “Astronomia”, “Mineralogia” e “Paleontologia”. Na seção “Notícias Científicas e Artísticas” a academia francesa forneceu importantes notas de inovações no campo científico, publicadas pela *Revista* para atender às demandas de seus leitores. Os progressos técnicos e científicos anunciados na Academia francesa são retirados, em geral, de periódicos norte-americanos como o *Courrier de Charleston*, *Enquirer de Columbus*, *Jamesville-Standar* e *Practical Mechanic’s Journal*.

É importante mencionar que na edição de 1860 foram publicados 16 textos estrangeiros do total de 35 publicados. Na edição de 1861 foram 8 textos de um total de 14. Isso deixa claro, nesses dois anos, a importância dos periódicos franceses para a composição da *Revista Brasileira*. O gráfico abaixo mostra a importância dos textos provenientes do “Comptes Rendus Hebdomadaires des Séances de l’Académie des Sciences de Paris” e de outras publicações:

Gráfico 2



Quantidade de artigos, provenientes de publicações internacionais, publicados na Revista Brasileira em sua primeira fase.¹⁴

Simultaneamente, boa parte dos esforços do editor Candido Baptista de Oliveira nos seus textos publicados pela *Revista Brasileira* se dirigiram para a tentativa de implantação do sistema métrico decimal no Brasil Império. A preocupação de Oliveira era com os inconvenientes causados pelas avaliações de produtos através de unidades de diferentes valores, pesos e medidas, e as implicações dessa inadequação aos aspectos organizacionais da Europa para as produções nacionais. Há no trecho abaixo uma evidente inquietação do autor com a inserção do Brasil em um “concerto” das nações modernas:

A idéia de uma Metrologia uniforme para todos os países, ligados entre si pelas relações de comércio; e demais, sendo subordinada, ao princípio decimal, na dedução dos elementos que a compõem de uma unidade fundamental, de grandeza variável, e acessível à verificação em qualquer ponto habitado do nosso planeta, deve ser considerada como um complemento necessário da Aritmética que transmitem os Árabes a todos os povos da civilização moderna (OLIVEIRA, 1860, p. 115).

Os esforços de Oliveira foram também acompanhados pela colaboração do historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen que, na edição anterior, em 1859, esboçou seu parecer sobre a necessidade da invariabilidade do sistema métrico: “[...] já agora cumpre aceitar em todas as nações, ao menos para (bem que à custa de sacrifícios, que os inventores do novo sistema poderiam ter evitado) conseguir-se a grande vantagem da uniformidade” (VARNHAGEN, 1859, p. 302). A adoção do sistema métrico prevista pelo projeto Saquarema de centralização política e de ordenação do tempo no Império, conforme destacado no início deste texto, sugere também uma maneira de gestação da identidade nacional, recrutando para o centro as instituições e transmitindo uma imagem de unidade do modelo nacional.¹⁵

Para além da apropriação de diversos impressos estrangeiros, que fomentaram as publicações científicas da *Revista Brasileira*, e também dos esforços do editor Oliveira pela implantação do sistema métrico, um último tema que contou com a presença novamente de

comissários como Raja-Gabaglia e Gonçalves Dias foi a Comissão Científica de Exploração, encarregada de explorar o território interno do Império.

A Comissão foi formada em 30 de maio de 1856, em uma Sessão Ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a presença do Imperador do Brasil D. Pedro II. Comissão não só preocupada em identificar os progressos materiais da civilização europeia, mas também determinada em definir a alteridade local dentro do Império, dessa vez com os olhos e a autópsia dos *brasileiros* e não de naturalistas estrangeiros.

Em relatório entregue ao IHGB, e publicado na *Revista Brasileira*, comissários chefiados por Luis Pedreira do Coutto Ferraz foram encarregados de delimitar as especificidades das províncias do Império. Em tal tarefa de desenhar a nação, o elemento etnográfico recebeu especial atenção, buscando traduzir para um conhecimento científico e ordenado todos os resultados obtidos sobre as investigações dos primitivos habitantes da América.¹⁶ Com o intento de tornar tais *selvagens* “inteligíveis”, caberia aos comissários inserir o indígena nos padrões de conhecimento do homem *civilizado* e integrá-los à *comunhão brasileira*, a saber:

Os principais elementos que servem para distinguir as raças humanas são: a organização física, o caráter intelectual e moral, as línguas, e as tradições históricas. Estes elementos diversos não tem ainda sido estudados, sobretudo relativamente aos indígenas do Brasil, de maneira a assentar em suas verdadeiras bases a ciência da etnologia. [...] Além de que, o homem genuíno americano pode ser chamado a compartilhar os bens da civilização, e voluntariamente prestar-se à comunhão brasileira (Comissão científica, 1857, p. 272).

Dentre as quatro seções da Comissão, todos os seus diretores colaboraram com publicações assíduas na *Revista Brasileira*. A divisão dos trabalhos na Comissão ficou da seguinte forma: Francisco Freire Allemão de Cisneiros dirigiu a Seção Botânica, Guilherme Schüch de Capanema encarregou-se da Seção Geológica e Mineralógica, Giacomo Raja Gabaglia dirigiu a Seção Astronômica e Geográfica e, por

fim, a Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem foi chefiada por Antonio Gonçalves Dias. É de se destacar novamente a ação da *Revista* no auxílio aos trabalhos de uma ciência nacional comprometida com a delimitação dos traços particulares do Império do Brasil, mas que, ao se lançar nessa tarefa, sempre vai de encontro ao “outro”, seja no seu próprio território ou mesmo no recurso ao olhar externo, parte então já sedimentada e constituinte das visões sobre o país.

Considerações finais

Antes de encerrar, certamente uma última reflexão nos remete a questões colocadas no princípio deste texto. A fim de pensar os caminhos e descaminhos percorridos pelos discursos e informações nesse contexto, um texto em específico nos traz muitas sugestões. Enquadrado na seção “Notícias”, ele se intitula “A literatura nos Estados Unidos”. Trata-se de um informativo sobre a ação do governo norte-americano para subsidiar a produção intelectual e a grande comercialização de obras de ciências/literatura e de periódicos naquele país. Sua procedência é ocultada pela *Revista*, entretanto tal empecilho não impossibilita que levantemos a hipótese de, assim como os demais artigos dessa seção, ele ser proveniente da Academia de Ciências de Paris. O texto afirma, na mesma linha do relatório de Gonçalves Dias citado anteriormente, que:

Cumpre-nos dizer que o governo de Washington, solícito em promover por todos os meios esta benéfica reação intelectual, não deixou um instante de proporcionar, por numerosas subvenções, facilidades apreciáveis. Basta referir que o governo concedeu de alguns anos para cá a quantia de 200,000 dólares para a publicação de uma História Natural dos Estados Unidos. [...] Dos periódicos cujo número se avalia em 1,800, têm alguns conseguido uma extração de 60,000 exemplares, [...]. É isso o mais glorioso testemunho de um país, que sempre vai caminhando na senda do progresso (Notícias de Ciências e Artes, 1860, p. 180).

Para além do caráter exemplar assumido pelo governo americano, que é talvez, um grande motivador para sua publicação na *Revista Brasileira*, vale notar o trajeto feito por tais informações entre a América do Norte, Paris, até adentrar o cenário de um periódico comprometido com os rumos da ação imperial no Brasil. Esse trajeto apresenta uma visão que possibilita questionar uma natureza centrada e homogênea do poder, evidenciando a existência de histórias interconectadas. A metáfora do *termômetro*, trazida à tona por Gonçalves Dias logo no início do nosso texto, é capaz de condensar, talvez, também a proposta da *Revista Brasileira* de publicar artigos como esse citado acima. O desenvolvimento pleno do Império do Brasil só pode ser pensado em uma perspectiva comparada aos caminhos traçados por nações como a França e mesmo os Estados Unidos. Talvez a metáfora do *termômetro* de uma nação, e sua direta alusão ao “outro”, seja o principal meio para se pensar o país nesse meados do século XIX na atuação da imprensa ou em campos como a ciência, a literatura e a economia conforme nosso texto pretendeu realçar.

É notório, portanto, o quanto a mundialização da imprensa e do impresso no século XIX, bem como suas apropriações pela *Revista Brasileira*, por meio de traduções e informações de/e sobre outras nações, criam “figurações do outro”, sejam elas exemplares, como é o caso de França, Inglaterra e EUA ou não-exemplares, como é o caso de Portugal. A *Revista Brasileira* torna-se, assim, um índice, um sintoma de uma nação/civilização que desejava por meio da palavra impressa contribuir para o desenvolvimento econômico, científico e artístico, em especial, do espaço público do jovem país. Dessa forma, nos parece, se tornaria possível mensurar o estatuto desse *termômetro* de acordo com o grau de avanço da nação. Onde também o papel da mediação cultural sempre esteve em questão e a criação de uma cultura intelectual não se privou da palavra alheia para definir sua própria imagem. Esperamos, assim, por meio deste *caso*, ter contribuído, não para reificar, mas sim para complexificar as ainda relevantes reflexões sobre a “cultura nacional”, tendo em vista o jogo entre a busca pelo progresso/desenvolvimento e a construção das particularidades.

REVISTA BRASILEIRA (1857-1861): APPROPRIATIONS OF THE “OTHER” AS A THERMOMETER OF THE ILLUSTRATION

Abstract: This work is the beginning of a long research on all editions of the *Revista Brasileira* during the nineteenth century (1857/1861; 1879/1881; 1895/1899). The proposal here is to present the study realized on the editorial history of the first phase, with emphasis on the appropriation and consequent figuration of the “other” in the moment of the nation’s constitution. The *Revista Brasileira* used a very important editorial program directed towards building projects of Brazil’s modernization in the nineteenth century, like press development, of a liberal project for the economy, a literature which, although was looking for its singularity, wouldn’t deprived itself of appropriate dimensions of the “other” and a Science in compasses with the european progress. The key of comprehension for the proposal of the periodical seems to be understanding the “other” as a beacon for thinking about nationality and to measure the position of the country’s progress, as a thermometer. In this way, the challenge put brings to the surface troubles about the study of exchanges and a “culture of reception”, important for the complexification of strategies adopted by those historical actors.

Keywords: Journal. Nation. Crossed history.

Notas

¹ Para tanto ver a obra que é apontada por muitos como a fundadora da escrita da história da literatura brasileira: MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Revista Niteroy*, 1836.

² Informação retirada do perfil do autor no site da Academia Brasileira de Letras: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=866&sid=183>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

³ Ver também, MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 e MOREL, Marco. *Palavras Além das Letras*. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional* – v. 23 n. 1 (jan./jun. 2010).

⁴ O primeiro, publicado na edição de 1860, vem sob a assinatura de Alfredo Maury e se intitula “Fisiologia: o sonambulismo natural e o hipnotismo”. O segundo não possui identificação de autoria e nem de tradução se intitulando “Marinha de Guerra: Do equilíbrio e do estado das forças navais em França e Inglaterra”.

⁵ Para além do estudo de Katia de Camargo, as pesquisadoras da USP, Maria Ligia Prado e Gabriella Pellegrino Soares também registraram um estudo sobre o lugar da *Revue* na produção e circulação de ideias entre a França e a América Latina do século XIX. Ver BEIRED, José Luis Bendicho; PRADO, Maria Ligia; CAPELATO, Maria Helena (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. Assis: FCL-Assis-UNESP Publicações; São Paulo: Laboratório de Estudos de História das Américas – FFLCH – USP, 2010. 556 p.

⁶ A edição 1860 publicou um interessante Balanço do Banco do Brasil, referente ao mês de dezembro de 1859. (p. 168-169).

⁷ Apenas um desses artigos possui a identificação do autor, sendo os outros cinco remetidos apenas ao tradutor Manoel de Oliveira Fausto do qual não há mais nenhuma informação. “Economia Política: Estudo político, econômico, e financeiro, e sobre a República de Nova-Granada” – autor: Mr. Mannequin; “Economia Política: Da instrução considerada do ponto de vista econômico”; “Variedades: Os vaivens da fortuna nas indústrias”; “Economia Política: Adão Smith”; “Economia Política: O Comércio do chá na Rússia”; “A colheita e a exportação de algodão nos Estados Unidos em 1860”.

⁸ Giacomo Raja Gabaglia nasceu na Província Cisplatina, em 1826, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1872. Professor da Academia de Marinha, era bacharel em matemática (1853), tendo se especializado na Europa em hidráulica aplicada a portos e canais. Chefe da Seção Astronômica e Geográfica da Comissão Científica de Exploração (1859-61). Publicou, em 1861, “A questão das secas na Província do Ceará”.

⁹ “O *Journal des Économistes*, cujo primeiro número circulou em 1842, é das mais antigas publicações no campo da economia no mundo. Com o subtítulo de *Revue Mensuelle de L'Économie Politique, des Questions Agricoles, Manufacturières et Commerciales*, foi editada em Paris, chez Guillaumin, Libraire – Éditeur, Galerie de la Bourse, 5, Panoramas, até 1856, quando teve início a segunda fase da revista. Em 1866 há uma terceira fase, que se prolongou até as primeiras décadas do século XX. Em 1853, há alteração no título da revista que passou a se chamar *Revue de la Science Économique* [...] As páginas do *Journal des Économistes* serão freqüentadas não só pelos maiores nomes das ciências sociais de então, mas também pelos temas econômicos, políticos e sociais mais candentes do século XIX. Nomes como os de Merivale, Bastiat, Proudhon, Louis Blanc, Fourier, Engels, Quételet (e sua teoria das probabilidades), Cherbuliez, Macculloch, John Stuart Mill, Carey, Juglar, Von Thünen, Courcelle-Seneuil, Roscher, Tooke, List, Leroy-Beaulieu, Levasseur, Gustave de Molinari, Yves Guyot, Maurice Blok, entre outros, são decisivos no debate econômico-político do século XIX. Temas como as revoluções de 1848, as reivindicações operárias, a marcha dos negócios, o comércio internacional e os interesses do empresariado fizeram do *Journal des Économistes* um sismógrafo de seu tempo, o órgão, por excelência, do pensamento liberal francês do século XIX.” PAULA, João Antonio de. Walras no *Journal Des Économistes*: 1860-65. *Rev. Bras. Econ.* v. 56, n.1, Rio de Janeiro Mar. 2002.

¹⁰ Grifo nosso. Talvez aqui a crise a que se refere Fausto seja uma de amplitude global que se iniciou em 1857 com um pânico financeiro nos Estados Unidos causado por um declínio no desempenho da economia mundial e uma super-expansão da economia doméstica americana. A crise fez cair o preço do café

e abriu espaço para idéias e projetos industriais de substituição de uma economia pautada no trabalho escravo, como no Brasil, por uma industrial. Ver VILLELA, André. Tempos difíceis: reações às crises de 1857 e 1864 no Brasil. In: *Congresso Brasileiro de História Econômica*, III, 1999, Curitiba, Anais. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/013.htm>. Acesso em: 15 jun. 2012.

¹¹ Para um estudo detalhado das representações do nacionalismo, por intermédio do discurso histórico e literário, feitas durante a geração romântica poderíamos citar uma extensíssima bibliografia. Me restrinjo aqui a duas importantes obras que nos serviram de referência: RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

¹² De se destacar aqui: Três obras de José de Alencar: *O Guarani* (1857) pela *Empresa Tipográfica Nacional do Diário, Iracema* (1865) pela *Tipografia de Vianna & Filhos, Ubirajara* (1874) pela *Livraria-editora Garnier*, Também *I-Juca Pirama* de Gonçalves Dias e a própria *Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães.

¹³ A *Revista Brasileira* em nota afirma que o artigo é o “capítulo III do *Primeiro Livro da História da Litteratura Brasileira* de Noberto. O texto foi lido “em uma das sessões do Instituto Histórico no anno de 1855”. SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Litteratura Brasileira. Revista Brasileira: jornal de sciencias, lettras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860. p. 257.

¹⁴ Três destes textos provenientes da Academia de Ciências de Paris são publicados em língua francesa, conforme justifica o próprio editor, com a finalidade de estender a atuação da *Revista Brasileira* não só dentro, mas também fora do Brasil. Todos assinados por Emmanuel Liais “Astronomia: Sur la nouvelle planète annoncée entre Mercure et le soleil”; “Astronomia: Note sur les observations physiques de la comète découverte à Olinda le 26 Février 1860”; “Astronomia: Eléments paraboliques de l’orbite de la grande Comète de 1860”.

¹⁵ Ver o trabalho de SARMENTO, Carlos Eduardo. *A medida do progresso: as elites imperiais e a adoção do sistema métrico no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

¹⁶ Para um estudo sobre as relações entre escrita etnográfica e tempo histórico durante o Brasil oitocentista ver TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

¹⁷ Sobre a Comissão Científica de Exploração ver o trabalho de PINHEIRO, Rachel. *As publicações dos integrantes da Comissão Científica de Exploração*. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

Referências

CAMARGO, Katia Aily Franco de. A Revista como Fonte de Pesquisa. Rio Claro, *Revista Educação: Teoria e Prática* – v. 13, n. 24, jan.-jun.-2005; n. 25, jul.-dez.-2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, n. 1, 1976.

COMISSÃO CIENTÍFICA: instruções para a comissão científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil menos conhecidas. Rio de Janeiro – Ministério dos Negócios do Império – em 8 de Abril de 1857. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857.

COSTA, Carlos Roberto. *A Revista no Brasil, o século XIX*. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

D'AZEVEDO, José Soares. Litteratura: A confederação dos Tamoyos. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857.

DIAS, Antonio Gonçalves. Exposição Universal de Paris. *Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857.

ECONOMIA POLÍTICA: Da instrução considerada do ponto de vista econômico. Tradução de Manoel Oliveira Fausto. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860.

ECONOMIA POLÍTICA: Adão Smith. Tradução de Manoel Oliveira Fausto. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860.

GABAGLIA, Giacomo. Relatório sobre a Exposição Universal da Industria de 1855. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo II, 1859.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. Org.: Fernando Novais – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de república*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2008.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello. O Futuro (1862-1863), Jornal das Famílias (1863-1878) e a Estação (1879-1904): Três periódicos em que colaborou Machado de Assis. *UNESP – FCLAs – CEDAP*, v. 3, n. 2, 2007.

MIRANDA, Kátia Rodrigues Mello; AZEVEDO, Sílvia Maria. Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias: (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier. *TriceVersa*, Assis, v. 3, n. 2, nov. 2009-jun. 2010.

MOREIRA, Ildeu de Castro; MASSARANI, Luíza. Cândido Batista de Oliveira e seu papel na implantação do sistema métrico decimal no Brasil. *Rev. Soc. Bras. Hist. Ciência* v. 18, p. 3-16, 1997.

MOREL, Marco; BARROS Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003 e MOREL, Marco. *Palavras Além das Letras*. Acervo: revista do Arquivo Nacional – v. 23 n. 1 (jan./jun. 2010).

NOTÍCIAS DE CIÊNCIAS E ARTES: A literatura nos Estados Unidos. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860.

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection*. Paris: IMEC/Maison des Sciences de L'Homme, 1999.

OLIVEIRA, Candido Baptista de. Prospecto. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo I, 1857.

OLIVEIRA, Candido Baptista de. Metrologia: memória sobre a adopção do systema métrico no Brazil. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860.

PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jaques. Penser par cas. Raisonner à partir de singularités. In: PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jaques (dir). *Penser par cas*. Paris: EHESS, 2005.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos Cebrap*, n. 3, 1973.

SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto de. Literatura Brasileira. *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo III, 1860.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Metrologia: Antigo systema métrico de extensão*. *Revista Brasileira: jornal de sciencias, lettras e artes*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, Tomo II, 1859.

WERNER Michael; ZIMMERMANN Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales*. Paris: EHESS, v. 58, n. 1, p. 36, 2003. A citação é da tradução de Jaime de Almeida (*Textos de História*, v. 11, n. 1/2, 2003)

Recebido em 22/06/2012

Aprovado em: 27/11/2012